

BRASIL – ESTADO UNIDOS (1942-1945): UMA RELAÇÃO PRAGMÁTICA

Fabio Lúcio Mello Tobias¹

RESUMO: Com certa frequência ouvimos por meio dos mais diversos meios de comunicação que o Brasil possui um histórico de se posicionar de maneira subordinada aos interesses do governo dos EUA durante vários momentos importantes da história durante o século XX. O presente artigo vem contrapor estes conceitos ao apresentar um posicionamento pragmático do governo do Brasil em relação aos Estados Unidos durante a sua participação Segunda Guerra Mundial (1942 – 1945).

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Estados Unidos, Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT: We have often heard through the most diverse media that Brazil has a history of positioning itself in a subordinate way to the interests of the US government during several important moments of history during the twentieth century. This article opposes these concepts by presenting a pragmatic positioning of the Brazilian government in relation to the United States during its participation in World War II (1942-1945).

KEYWORDS: Brazil, United States, World War II.

Em 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler chegou ao poder na Alemanha. Uma das suas primeiras medidas em termos de política externa teve por objetivo conquistar o *lebensraum*, ou seja, o espaço vital. Na sua obra, “Minha Luta”, Hitler expressa esse sentimento expansionista e nacionalista, que visava reunir todos os povos germânicos sobre uma mesma bandeira. Buscando ser fiel a seu propósito de criar um país forte e independente, seu governo retirou a Alemanha da Liga das Nações e em 1935 abandonou de forma unilateral o Tratado de Versalhes. Dessa forma, o governo de Hitler se preparou para uma expansão econômica e territorial. Tal mudança no quadro europeu afetou os interesses, não só dos Estados Unidos, mas também os do Brasil no velho mundo.

O governo dos Estados Unidos sabia que várias regiões da América Latina eram fornecedoras de matéria prima para a indústria alemã e, portanto, num cenário de guerra, adquiriam uma importância estratégica. Além disso, países como a Argentina e o Brasil possuíam uma grande quantidade de imigrantes alemães. No caso do Brasil, sobretudo na região sul do país.

Outra questão que perturbava a tranquilidade do governo Roosevelt era o crescimento econômico da Alemanha sob o governo de Hitler, que buscou implantar uma “economia capitalista não liberal que conseguiu uma impressionante dinamização de seu sistema industrial.”² Parte desse sucesso se deve

1 Doutor em História Social pela PUCSP – tobias.fabio@gmail.com

2 HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 131.

ao gênio do economista dinamarquês Horace Greeley Hjalmar Schacht (1877-1970). Schacht assumiu a presidência do *Reichsbank*, o Banco Central Alemão, em dezembro de 1923, por meio do presidente alemão Friedrich Ebert³, período em que a hiperinflação tomou conta da Alemanha por conta das obrigações impostas pelo tratado de Versalhes. Mesmo diante destas adversidades, Schacht conseguiu controlar a hiperinflação através de uma série de mecanismos que fortaleceram o Banco Central. Ao assumir o poder em 1933, Hitler encontrou uma Alemanha que sofria os efeitos da crise mundial de 1929. Para ajudar a recuperar a força do país, convidou Schacht para reassumir o comando do *Reichsbank*. O resultado dessa política culminou no Primeiro Plano Quadrienal, que se estendeu de 1933 a 1936. A seguir, entre 1937 e 1940 foi colocado em prática o Segundo Plano Quadrienal. Este foi comandado por Hermann Göring, homem de grande importância no Terceiro Reich. Tais planos tornaram a economia alemã dinâmica e uma das realizações desse período diz respeito aos acordos de marcos compensados. Esses acordos procuravam driblar as dificuldades econômicas pela quais diversos países do mundo passaram após a crise de 1929. Essa política visava facilitar a aquisição de matéria-prima ao mesmo tempo que incentivava as exportações de produtos industrializados.

Dessa maneira, os interesses comerciais da Alemanha acabaram por ir ao encontro dos interesses de várias nações da América Latina e do Leste Europeu, que também eram consumidoras dos produtos produzidos pela indústria alemã. Portanto, nesse sentido, os acordos de Marcos Compensados com⁴ o Brasil, por exemplo, acabaram afetando os interesses comerciais dos Estados Unidos no país⁵. Esse sistema comercial levou a nação de Hitler a superar os Estados Unidos como fornecedor de diversos produtos por volta de 1940.

Procurando lidar com a situação da melhor maneira possível, uma vez que vários interesses econômicos do Brasil estavam em jogo naquela realidade em que as tensões político-militares aumentavam na Europa, Vargas procurou manter o Brasil neutro, pois as relações econômicas com a Alemanha eram tão importantes quanto as que existiam entre o Brasil e os Estados Unidos. Para

3 COUTO, Joaquim Miguel e HACKL, Gilberto. Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3 (31), dez. 2007, p. 311.

4 “Marcos de Compensação”, (Askimarks), foi um mecanismo que permitia o intercâmbio comercial sem fazer uso das reservas cambiais conversíveis ou do ouro de ambos os parceiros, apenas mantendo a reciprocidade entre os valores das mercadorias trocadas.

COUTO, Joaquim Miguel e HACKL, Gilberto. Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3 (31), dez. 2007.

5 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Formação do Império Americano – Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2006, p. 103.

Vargas, o que importava eram os resultados positivos que as relações internacionais pudessem trazer para o Brasil. Entretanto, a questão da guerra na Europa trouxe a necessidade de se discutir o reaparelhamento do Exército Brasileiro para que, se necessário, este tivesse condições de se defender, caso o conflito se espalhasse pelo mundo.

Porém, em relação a esse problema, alguns grupos de militares brasileiros não agiram da mesma forma pragmática que Vargas e acabaram defendendo suas posições em detrimento do que o governo desejava, no caso da compra de armamentos, por exemplo. Dessa maneira, “O General Francisco José Pinto, ministro-chefe da Casa Civil preferia comprá-los dos Estados Unidos. O General Eurico Dutra, queria comprá-los das Alemanha. Aristides Guillen, Ministro da Marinha, era fiel aos fornecedores britânicos.”⁶

Na verdade, o grupo do qual faziam parte personalidades como Felinto Müller e o General Eurico Gaspar Dutra acreditava ser possível uma vitória militar da Alemanha e muitos de seus integrantes nutriam simpatias com o regime fascista. Assim, as sucessivas vitórias da Alemanha nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial acabaram se tornando um desafio para os norte-americanos, que tentavam conseguir um compromisso de uma aliança mais efetiva com os militares brasileiros.

Vargas, por sua vez, tomou as rédeas da situação e já em 1938 fez a sua opção em relação à obtenção dos equipamentos militares que o país necessitava. Buscando incrementar as relações com a Alemanha, o governo assinou um contrato com a empresa alemã Krupp para o fornecimento de peças de artilharia⁷. Isso não significou um alinhamento do Brasil aos países do eixo, mas sim uma afirmação de independência em relação aos acontecimentos mundiais e a confirmação da forma pragmática de Vargas conduzir a política externa, afinal de contas, as condições de pagamento que a Alemanha ofereceu foram superiores a dos Estados Unidos. Nesse contexto, as ambições de Dutra pareciam prestes a se concretizarem, pois o que ele mais desejava era que o Brasil fosse auto-suficiente em termos de aparato bélico. Segundo Dutra:

O problema precípua das organizações militares sempre foi e sempre será o problema material. Comparável em significação e

6 MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil 1939-1950*. Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012, p. 58.

7 CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional*. São Paulo: Ed.UNESP, 2000, p. 59.

alcance ao do pessoal e seu adestramento, o provimento de equipamento excede-lhe em complexidade, desde que a solução desejada, por excessivamente onerosa, pode vir a ser irrealizável na prática... Nem será demasia o afirmar-se que, se um país não forjar, ele próprio e sem exceção, todas as armas de que carece para a sua defesa, não será capaz nunca de organizar com eficiência plena o seu Exército.⁸

A preocupação de Dutra possui uma certa lógica. Como todo militar de carreira, ele tinha devoção ao Exército Brasileiro e sabia que, no decorrer da história, para que houvesse uma defesa efetiva da nação, esta deve ter um Exército à altura, e, naquele momento, não era o caso do Brasil. Daí a compra de armas da Alemanha.

A hegemonia⁹ dos Estados Unidos sobre o continente estava em risco e talvez fosse o momento Doutrina Monroe ser colocada em prática de fato, pois, naquele momento, na metade do século XX, houve condições reais para isso. Alias, cabe salientar que somente uma postura mais ativa por parte de Washington no continente poderia fazer frente a Hitler e assim garantir que o continente americano continuasse a ser uma área de influência dos Estados Unidos.

O conflito iniciado por Hitler trouxe conseqüências sérias, tanto para a Europa quanto para os Estados Unidos, e o governo Vargas tinha consciência de que o Brasil seria envolvido nesse problema por conta de suas relações comerciais tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos e a Inglaterra. Com seus principais parceiros comerciais envolvidos em uma guerra, o quadro das perspectivas econômicas em termos de política externa se alterou e mudanças na economia do país foram inevitáveis, considerando o conflito de proporções cada vez maiores no qual seus parceiros comerciais estavam em lados opostos.

Esta situação, por sua vez, esclareceu aos Estados Unidos que eles não possuíam a hegemonia política e econômica na região, e também mostrou

8 GONZAGA, Luiz Novelli Junior e RENAULT, Mauro Leite. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1983, p. 371.

9 Aqui procuramos usar o conceito de hegemonia baseado tanto nas teorias realistas das Relações Internacionais que correlacionam o hard Power (poder militar) e o soft Power (poder de cooptação) com o conceito de Antonio Gramsci no qual a hegemonia é tida como uma combinação de direção política, cultural e intelectual combinada com coerção. Uma supremacia exercida através do consentimento e da força. Essas características se aplicam aos Estados Unidos no período estudado pois eles foram uma grande potência militar e que possuíam um poder de influência cultural gigantesco.

que a Alemanha, ainda que localizada do outro lado do Atlântico, chegou a se tornar o segundo maior parceiro comercial do Brasil. Diante desta realidade, os Estados Unidos tomaram medidas para fortalecer sua influência junto ao Brasil com a intenção de garantir o apoio do país diante da guerra.

O panorama mundial que se formava, além de preocupar Washington, também era motivo de apreensão para Vargas, pois o país foi arrastado para um conflito que envolveu grandes nações e, nessas condições, a soberania do Brasil foi colocada em risco. Assim, por conta desta conjuntura, embora o governo tivesse boas relações com a Alemanha desde 1938, houve uma preocupação com a presença de imigrantes de origem germânica, de modo especial nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

O governo brasileiro inclusive cogitou a ideia de que o governo alemão desejava a separação destes Estados do resto do país e, nesse sentido, influenciava a população de origem germânica residentes nestas regiões.¹⁰ Nesse cenário, coube ao Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, dinamizar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Para ele, foi uma condição *Sine Qua Nom* obter uma ajuda em termos militares e econômicos dos Estados Unidos para neutralizar a influência do Eixo na região.

Essa questão foi alvo de preocupação para alguns integrantes do Exército, considerando o que eles sabiam sobre a conjuntura mundial existente naquele momento. Um ano antes esse assunto também já era destaque no meio diplomático.

Em 1937, o então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mario Pimentel, dizia: “Temos que decidir: Estados Unidos ou Alemanha.”¹¹ Aranha, entretanto, sabia que seria uma opção difícil, dado os interesses econômicos envolvidos. Assim, a melhor saída era deixar o tempo correr e o desenvolvimento dos acontecimentos indicar a direção, embora sua posição fosse a favor dos Estados Unidos. Percebendo a nova realidade mundial que se formava diante de um cenário de evidente conflagração, Roosevelt tomou providências para acelerar uma maior aproximação com o Brasil e, em janeiro de 1939, faz um convite a Vargas para que o Chanceler Osvaldo Aranha viesse aos Estados Unidos. Vargas

10 Conjunto de correspondências digitalizadas de Sumner Welles Sub Secretário de Estado do governo Roosevelt entre 1937 a 1943, disponível em: <http://www.fdrlibrary.marist.edu/_resources/images/psf/psfa0477.pdf>. Acesso em 07 de dezembro de 2017.

11 McCANN, Frank D. Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca? Tel Aviv University, 1997, p.9, Apud LOCHERY, Neill. *Brasil: Os Frutos da Guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 61.

aceitou o convite e, no dia 29 daquele mesmo mês, teria início algo que ficou conhecido como Missão Aranha.

O objetivo dessa iniciativa foi o de colocar em pauta problemas nas relações entre o Brasil e Estados Unidos no âmbito econômico, militar e político, pois o que estava em jogo eram os interesses dos dois países. Os Estados Unidos precisavam de uma posição clara do Brasil em relação ao panorama Europeu diante do conflito que se iniciava, e o Brasil, por sua vez, desejava uma posição estratégica naquele cenário que resguardasse seus interesses econômicos. Em sua passagem pelos Estados Unidos naquela ocasião, Aranha recebeu de Roosevelt a afirmação de que a Guerra na Europa era inevitável¹², e que, entretanto, os Estados Unidos procurariam não intervir diretamente no conflito. Roosevelt também garantiu a Aranha: “(...) que estava equipando econômica e militarmente os Estados Unidos para poderem enfrentar essa situação e ajudar os demais países continentais; que o Brasil poderia contar com o seu País e V. Ex^a com a cooperação pessoal dele.”¹³ Dessa maneira, os Estados Unidos já deram um sinal de que esperavam a cooperação do Brasil com a possibilidade de generalização do conflito.

Oswaldo Aranha, observando a possibilidade de obter algumas vantagens para o Brasil, aproveitou a oportunidade e conseguiu concretizar a assinatura de acordos comerciais compostos por cinco protocolos que versavam sobre a cooperação técnica no desenvolvimento agrícola e no auxílio financeiro.¹⁴ Aranha também estava bem assessorado nesta viagem: ele foi acompanhado por Luis Simões Lopes, diretor do Departamento Administrativo Público (DASP), Marcos de Sousa Dantas, diretor do Banco do Brasil, junto aos diplomatas Carlos Muniz e Sérgio Lima e Silva.

A estratégia de Roosevelt em convidar um representante oficial do governo brasileiro deu certo. Aranha ficou encantado com a imensidão dos Estados Unidos e com sua diversidade territorial. Estava afinal seduzido pelo *American Way of Life*, e por conta disso, imaginou que aquele modelo de civilização era o mais adequado para o Brasil seguir. Segundo Aranha: “*Não tens uma ideia da organização moral, política e social deste povo! É uma criação maravilhosa do*

12 Arquivo: GetulioVargas – Classificação: GV c 1939.01.09 – Data 09/01 a 27/09/1939 – Qtd de documentos: 25 (439 fl.) Documentos incluindo relatórios de correspondência entre Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Franklin Roosevelt e outros sobre os trabalhos e negociações da Missão Aranha.

13 Ibidem.

14 LEITE, Mauro Renault e JUNIOR, Luiz Gonzaga Novelli, Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1983. p. 395.

progresso e da democracia”¹⁵. Para Aranha a opção pelo apoio aos Estados Unidos na guerra que estaria prestes a começar era algo claro. Porém, faltava convencer Vargas e os militares, Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, e o Chefe do Estado Maior do Exército, o General Góes Monteiro.

Ainda dando continuidade ao processo de aproximação com o Brasil, em junho de 1940 Roosevelt enviou ao país o Coronel Lehman Miller como chefe da missão militar americana com o objetivo de discutir questões relacionadas à segurança no hemisfério em relação ao conflito que se desenrolava na Europa. Pouco após sua chegada ao Brasil, Miller fez o seguinte relato ao embaixador americano no Brasil, Jefferson Caffery:

A mudança atual de eventos na Europa teve uma influência profunda sobre as autoridades do Exército e da Marinha brasileira. Apesar delas não confiarem na Alemanha, elas tem uma grande admiração pela máquina de guerra daquele país e não gostam da inglesa. O Brasil não deseja aumentar seu antagonismo com a Alemanha porque sabe que não está preparado, e acredita que a Alemanha é o único país que pode fornecer armas em termos razoáveis...

O destino de países neutros europeus lhe criou dúvidas quanto à habilidade dos Estados Unidos o proteger contra agressão externa. Todas estas considerações tendem a fortalecer os elementos pró-nazistas no Brasil, e na medida que a Alemanha consolidar seu avanço na Europa, a situação se tornará ainda pior, a não ser que nosso governo tome uma atitude imediata.¹⁶

Todavia, o sucesso das negociações com a Alemanha sofreu uma reviravolta por conta da guerra, mesmo diante do sucesso militar das tropas alemãs no início dos conflitos. Assim, por ironia do destino, o sucesso militar de Hitler no continente Europeu acabou prejudicando as relações comerciais com seu possível aliado na América, o Brasil. Era tudo o que os Estados Unidos desejavam para implementar seus planos estratégicos para o continente latino-americano envolvendo o maior país da região.

Não demorou muito para que o conflito Europeu chegasse ao continente e, em setembro de 1939, o couraçado alemão *Admiral Graf Spee* afundou

15 HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994. P.191

16 Citado em: HIRST, Mônica. *O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil-Estados Unidos: 1942/45*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982, p. 109.

o *Clement*¹⁷, um navio mercante inglês, perto do litoral brasileiro. A partir de 1941, vários navios brasileiros tiveram o mesmo fim.

Esse – e a seguir outros – ataques alemães a navios mercantes na região, inclusive a navios brasileiros, acabaram pesando a favor dos Estados Unidos em relação a uma aliança militar com o Brasil. Fatores econômicos também entraram em jogo, pois a Europa em conflito diminuiu a importações advindas do Brasil. Assim, ao país produtor de café e de algumas poucas matérias-primas restou o grande mercado norte-americano. Ainda em setembro de 1939, a Inglaterra impôs um bloqueio naval à Alemanha e esse fato prejudicou a quantidade das importações e exportações do Brasil para aquele país. Segundo Lira Neto:

O volume das importações brasileiras a Alemanha no primeiro semestre de 1940, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, caiu de 585 mil contos de réis para apenas 80 mil. As exportações, de 420 mil contos de réis, despencaram para pouco mais de 100 mil.¹⁸

Em novembro de 1940 essas atitudes tomadas pela Inglaterra se transformaram em desafios para o Brasil. Nesse momento, o navio brasileiro, Siqueira Campos, que estava com um carregamento de armas da Alemanha para o Brasil foi detido pela Marinha inglesa; entretanto, depois de muita pressão do Itamarati, o navio (e seu carregamento) foi liberado. A mesma sorte não teve o Bagé, que também estava carregado com armas fornecidas pela Krupp. O navio foi detido e obrigado a deixar sua carga em Lisboa. Além de ter sofrido essa perda, o Brasil ainda teve que se comprometer em não adquirir mais qualquer tipo de armamento da Alemanha.

Do ponto de vista de Washington, com a conjuntura criada pela guerra, a América Latina adquiriu uma grande importância para os países do Eixo, em especial para a Alemanha. O Secretário de Estado Cordell Hull já alertava em 1939 sobre a ameaça de penetração comercial, política e militar da Alemanha e da Itália na América Latina.¹⁹ Essa preocupação era visível em vários

17 NETO, Ricardo Bonalume. *A nossa segunda guerra – Brasileiros em Combate. 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995, p. 37.

18 NETO, Lira. *Getúlio, 1930 – 1945*. Do governo provisório a ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 368.

19 Recommended Citation: The Papers of George Catlett Marshall, ed. Larry I. Bland and Sharon Ritenour Stevens (Lexington, Va.: The George C. Marshall Foundation, 1981–). Electronic version based on The Papers of George Catlett Marshall, vol. 1, “The Soldierly Spirit,” December 1880-June 1939 (Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1981), pp. 715–716. Disponível em: <http://marshallfoundation.org/>. Acesso em 17 de dezembro de 2017.

setores do governo Roosevelt, que procurava uma maneira eficiente de combater a propaganda Alemã e Italiana “nos Estados Estratégicos do Sul, e no campo da aviação.”²⁰

O êxito das Blitzkrieg de Hitler, bem como a eficácia da sua campanha de influência junto aos governos da América-Latina, enfatizava a eficiência do modelo alemão. O conjunto de ideias referentes ao germanismo era sedutor “para muitos brasileiros que pensaram o futuro do país na década de 1930 e no início da década de 1940”²¹ e, além disso, a eficiência da máquina de guerra alemã sob a liderança de Hitler impressionava vários oficiais do Estado Novo. No Estado Maior as vitórias nazistas eram comemoradas festivamente, os mais destacados generais brasileiros recebiam altas condecorações nazistas.²²

Mesmo com o bloqueio, ainda assim o Eixo atingiu o auge do seu sucesso militar em meados de 1942²³ e esse sucesso repercutiu por boa parte do continente americano.

O rumo da mudança de conjuntura política que se desenvolveu na Europa acabou forçando o governo brasileiro a ter um posicionamento ou pró Estados Unidos ou pró Eixo. Vargas, mesmo sendo pragmático, tinha consciência de que a balança pesaria em direção a algum tipo de acordo com Washington, pois para os Estados Unidos o que estava em risco eram seus interesses estratégicos na região, bem como sua hegemonia sobre o continente no futuro. Ter o Brasil como aliado, portanto, foi fundamental.

Por conta de sua localização geográfica, o Brasil assumiu ainda uma grande importância estratégica fundamental para a defesa do hemisfério sul da América. Levando em consideração sua proximidade relativa ao noroeste da África, o litoral Nordeste se converteu na área mais favorável para uma eventual invasão da América do Sul, no caso de um possível ataque ao canal do Panamá. Ao mesmo tempo, representou um local ideal para a partida de aeronaves dos Estados Unidos que se dirigissem para a África e para União Soviética a partir de solo americano. A cidade de Natal representou, portanto, um grande interesse militar do ponto de vista geográfico, podendo servir de base de apoio à travessia de aviões pelo Atlântico Sul.

20 (Colonel E. R. W. McCabe, G-2, Memorandum for the Assistant Chief of Staff, WPD, January 25, 1939, NA/RG 165 [War Plans Division, File 4115]. Disponível em: <http://marshallfoundation.org/>. Acesso em 17 de dezembro de 2017.

21 TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 23.

22 SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 278.

23 HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 49.

Manter a neutralidade parecia ser cada vez mais difícil, dado que o país já tinha tomado a decisão de se manter fora das questões relacionadas ao conflito na Europa em julho de 1939 na reunião do Conselho de Segurança Nacional.

Tudo indica-disse o presidente Vargas – que os países do Eixo farão a guerra após as colheitas, que estarão terminadas até fins de agosto. Se a previsão não falhar, as hostilidades serão iniciadas nos primeiros cinco dias do próximo mês de setembro.

Ver-se-a o Brasil então, obrigado a definir sua atitude. A vitória poderá pender para qualquer dos grupos em luta caso a Alemanha consiga levar a efeito a guerra relâmpago. Mas se por motivos supervenientes, a solução do conflito for protelada, a vitória fina será de quem mantiver o domínio dos mares.

A posição mais aconselhável para o Brasil seria a de neutralidade a cerca de cuja a adoção o presidente Vargas determinou que os membros do conselho se manifestassem. Todos opinaram pela neutralidade.²⁴

O bloqueio naval imposto pela Inglaterra à Alemanha e a apreensão dos cargueiros Siqueira Campos e Bagé, em 1940, causaram um grande impacto nas relações comerciais do Brasil com os germânicos. Os objetivos do governo Vargas em obter as armas que necessitava para a defesa do território estavam, portanto, comprometidos.

Os Estados Unidos, por sua vez, cientes de que o que estava em jogo era a questão de se conseguir apoio no continente diante da guerra que aumentava, procurou atrair os interesses econômicos da região. Assim, antes que em novembro de 1940 houvesse terminado, Washington já havia conseguido acordos com 14 países produtores de café da América Latina, se comprometendo a comprar 15,5 milhões de sacas, sendo 9,3 milhões provenientes do Brasil.²⁵ Tomando tais atitudes, o governo dos Estados Unidos estava aos poucos

24 Durou pouco mais de dois anos a neutralidade brasileira na Segunda Guerra Mundial. O governo brasileiro já pensava na possibilidade de eclosão da guerra europeia no decorrer de 1939, de modo que em junho desse ano o Conselho de Segurança Nacional já se manifestara unanimemente pela neutralidade, caso ela ocorresse. Fonte: CPDOC-FGV. Arquivo: Getúlio Vargas - Classificação: GV confid 1939.06.00 Data: 06/1939 Qtd.de documentos: 1 (6 fl.) Ata da Reunião do Conselho de Segurança Nacional, sobre as medidas a serem tomadas pelo Brasil com vistas à guerra. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/ata-da-reuniao-do-conselho-de-seguranca-nacional-sobre-as-medidas-a-serem-tomadas-pelo-brasil-com-vistas-a-guerra-rio-de-janeiro>

25 LEITE, Mauro Renault e JUNIOR, Luiz Gonzaga Novelli, Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1983. p. 367.

levando os países do continente a se posicionar a seu favor. Essa questão foi estratégica, pois a guerra iniciada na Europa se expandiu e chegou ao Pacífico e ao território norte-americano.

Por outro lado, mesmo diante da crescente pressão dos Estados Unidos, Vargas ainda mantinha relações com a Alemanha, como forma de pressionar os Estados Unidos a ceder alguns benefícios para a nação, uma vez que era consciente de que o Conselho de Defesa daquele país também manifestava claro interesse nos minerais estratégicos do Brasil ao mesmo tempo em que tinha por objetivo evitar que o país fornecesse quaisquer minérios e materiais estratégicos aos países do Eixo. Como consequência, os dois países assinaram em 1941 um contrato de aquisição de minerais estratégicos, tais como bauxita, berilo, manganês, ferro-níquel, titânio, zircônio, diamantes industriais e quartzo, além de borracha.

Nesse sentido, o governo do Brasil, por sua vez, também propunha aos americanos a troca desses minerais e borracha por créditos e assistência técnica para a aquisição de armamentos e para a implantação de projetos industriais.²⁶ Entretanto, essas condições de troca sofreram algumas mudanças no final de 1941.

Em 07 de dezembro de 1941 o Japão atacou a base naval dos Estados Unidos em Pearl Harbour, no Hawái, levando os americanos à guerra. Três dias depois, Alemanha e Itália, por conta de seus compromissos com o Japão, declararam guerra aos Estados Unidos. A guerra assim extrapolou os limites do território europeu, se tornando mundial. A manchete da Folha da Manhã do dia 09 de dezembro (pois o jornal não circulara no dia 08) chamava a atenção para a declaração de guerra dos Estados Unidos ao Japão. Entretanto, o editorial buscou acalmar a população, visto que radicalismos poderiam comprometer a ordem interna do país, uma vez que aqui havia grandes colônias de imigrantes. Segundo a Folha da Manhã:

Enquanto lutavam os impérios europeus, cada qual por sua sorte, em disputa da hegemonia mundial, o Brasil, sempre votado aos seus deveres de solidariedade continental, manteve uma atitude de irrepreensível neutralidade. (...).

Neste momento porém, quando o Japão ataca os Estados Unidos e o Brasil se declara solidário com a grande República do Norte,

26 Telegrama do Presidente da República ao então embaixador do Brasil Carlos Martins em Washington citado por SILVA, Hélio em *1942 – a guerra no continente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972, p. 281.

modifica-se totalmente a situação. Já não cabem qualquer divisões internas, ditadas por ideias ou sentimentos pessoais. A nação unanime forma ao lado do seu governo, calma e firmemente. (...). Quanto as normas internas, o governo confia que o povo brasileiro, fiel as suas tradições políticas, se mantenha sereno e vigilante, evitando demonstrações que possam perturbar a tranquilidade necessária ao trabalho e a vida do país.²⁷

A posição da Folha da Manhã, portanto, reflete a posição do governo, que tinha a obrigação de se solidarizar com o país mais poderoso do continente, mas, ao mesmo tempo, evitar grandes críticas à Alemanha. Entretanto, os Estados Unidos exigiram um posicionamento mais claro do Brasil e de outros países da América.

Para deliberarem sobre o assunto, foi convocada a III reunião de consulta de Chanceleres, que aconteceria no dia 15 de janeiro de 1942, na cidade do Rio de Janeiro. Chefiada pelo Subsecretário de Estado do governo dos Estados Unidos, Sumner Welles, a reunião teve por objetivo obter uma posição unanime dos países do continente sobre o ataque a Pearl Harbour. Entretanto, antes da reunião começar houve outras preocupações, tanto por parte do governo Vargas como por Washington, e essas estavam relacionadas às possíveis resistências ao rompimento dos países do Eixo por parte da Argentina e do Chile.

No caso da Argentina, o presidente Ramon Castillo possuía uma grande afinidade com os países do Eixo, em particular com a Alemanha. O governo do Chile, por sua vez, tinha consciência da vulnerabilidade do seu litoral e acreditava que suas minas de cobre poderiam despertar o interesse das forças do Eixo. Neste caso, “gostariam de provar a sua relutância e obter um melhor tratamento”²⁸ diante da possibilidade da Alemanha ganhar a guerra.

Mesmo com estes contratemplos, a reunião prosseguiu e os Estados Unidos conseguiram uma posição unificada dos chefes de Estado. Esta nova conjuntura acabou levando o Brasil a, no dia 28 de janeiro de 1942, a romper relações com os países do Eixo.

Uma nova realidade se formava e o posicionamento do Brasil diante dela trazia à tona velhas preocupações dos chefes militares. O ministro da Guerra, Eurico Dutra, expressou seu descontentamento e sua preocupação em

27 FOLHA DA MANHÃ. Edição de 09/12/1941. p. 09. Disponível para visualizar em: WWW.acervo.folha.oul.com.br/fdm/1941/12/09/1/

28 SILVA, Hélio. *1942 – Guerra no Continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 44.

um pronunciamento ao final da reunião de Chanceleres com um voto contra ao rompimento do Brasil com os países do Eixo. Logo no início do documento, Dutra reclama que apesar da grave situação beligerante daquele momento, a opinião do Ministério da Guerra sobre que atitude tomar não foi sequer cogitada. Segundo Dutra:

Mesmo no transcurso da Conferência, que se alongou por mais de uma semana, discutindo intensa e acaloradamente e quase que exclusivamente este assunto, já no plenário e nas comissões, já nos corredores e até na imprensa e no rádio, aqui e no exterior, jamais foi aviltada sequer, e por quem quer que seja, a conveniência de ser ouvido este Ministério, cuja opinião, parecer ou sugestões fora de razão lhe caberia expressar, em se tratando de uma resolução tão grave, que engajaria espontaneamente o Brasil nas rotas difíceis da guerra, nem qualquer informação lhe foi dirigida e que oficialmente o orientasse nas medidas que uma tal decisão lhe impunha adotar com antecipação.²⁹

Dutra possuía um senso de dever profundo com o seu cargo. Sabia da sua responsabilidade e de como ela poderia ser comprometida se decisões fossem tomadas sem uma profunda reflexão. Naquele momento em que todos estavam ansiosos, o ato de refletir sem se deixar levar pelas emoções estava longe da realidade.

O reaparelhamento do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para uma defesa eficaz do território, caso o Brasil se envolvesse em um grande conflito, há muito tempo vinha sendo discutido. Esta preocupação foi enfatizada naquele momento, em particular, por Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, e por Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, que estavam conscientes dos riscos, pois o país não dispunha de uma capacidade de defesa eficaz.

Segundo uma correspondência de Góes Monteiro que Dutra encaminhou à Vargas, a preocupação era clara:

29 Documentos que compreendem os antecedentes e a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial contendo informações sobre: o rompimento das relações brasileiras com o eixo; o apoio aos Estados Unidos; a formação de um grupo militar nacional para combater na guerra; a situação militar no Brasil. Destaque para um relatório da investida decisiva dos aliados contra os alemães, feito por Dwight Eisenhower.. Classificação: ED vp 1940.11.01. Data de produção: 01/11/1940 a 09/08/1945. Quantidade de documentos: 27 (216 páginas). Microfilmagem: rolo 2 fot. 0040 a 0123 – Documento também disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/ED/textual/documentos-que-compreendem-os-antecedentes-e-a-entrada-do-brasil-na-2-guerra-mundial-contendo-sobre-o-rompimento-das-relacoes-brasileiras-com-o-ei>. Acesso em 17 de dezembro de 2017.

Tenho a honra de submeter a consideração de V.Ex.^a a inclusa carta do General Góes Monteiro, chefe do E.M.E., acaba de enviar-me, na qual afirma não estarem nossas forças armadas devidamente aparelhadas para assegurar a defesa de nosso território, na eventualidade de consequências de caráter militar decorrentes do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo. (...). Bem sei que V.Ex.^a não desconhece o estado do desaparelhamento tanto do Exército, quanto da Marinha e a Aeronáutica. (...). Por outro lado, dois anos já são decorridos de solicitações, entendimentos e promessas no sentido de obtermos dos Estados Unidos o material bélico mais indispensável, sem que até a presente nada de concreto fosse conseguido.

Com os protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me respeitosamente.

Eurico Dutra.³⁰

As preocupações de Dutra e Góes Monteiro se provaram pertinentes e não eram infundadas, pois governo alemão, mesmo antes do rompimento já deu sinais do que estava disposto a fazer com qualquer nação para defender seus interesses. No caso do Brasil, o vapor Taubaté, sofreu um ataque aéreo em 22 de março de 1941, quando navegava do Chipre para Alexandria, no Egito, com um carregamento de batatas, lã e vinho³¹, deixando o saldo de um morto e 12 feridos. O ataque ao Taubaté, portanto, pode ser considerado um alerta às posições que o Brasil estava tomando, pois ocorreu quase um ano antes de o governo brasileiro romper relações diplomáticas com os países do Eixo.

O rompimento das relações com os países do Eixo, como eles esperavam o trouxe graves consequências para o Brasil, tanto no campo militar quanto no econômico e podemos constatar isso através da guerra submarina que a Alemanha empreendeu no Atlântico Sul, afundando vários navios mercantes do Brasil.

Os ataques prosseguiram com intensidade após a ratificação do rompimento, levando os números a um total de 35 navios com um saldo de

30 *Carta de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas encaminhando carta que lhe foi dirigida por Góes Monteiro em que afirma não estar o Brasil preparado militarmente para enfrentar uma guerra com a Eixo e declarando concordar com as posições do chefe do E.M.E. Rio de Janeiro (Vol. XXXV/II/16a e 16b). CPDOC/FGV - Classificação: GV c 1942.01.24. Série: c – Correspondência. Data de produção: 24/01/1942 (Data certa). Quantidade de documentos: 1 (3 folhas). Microfilmagem: rolo 7 fot. 0013 a 0014.*

31 SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 54-55.

1081 mortos³². Nesse sentido, portanto, houve uma tendência ao aumento desse tipo de ataque após o resultado da reunião de Chanceleres e, por isso, foi, mais do que nunca, necessário agilizar o reaparelhamento das forças armadas. Com esse objetivo, em fevereiro de 1942 Getúlio Vargas enviou aos Estados Unidos o Ministro da Fazenda, Souza Costa, para definir os acordos de compras de armas e de concessão de créditos e assistência técnica para a aquisição de tanques, navios anti-submarinos, aviões, armas e munição de todo o tipo, além de recursos e assistência técnica para implantação de indústrias estratégicas no Brasil, com ênfase para a indústria siderúrgica. Também foi incluída no acordo a FNM - Fábrica Nacional de Motores.

A influência dos Estados Unidos que se dá através de uma aproximação realizada de maneira lenta, mas sistemática, representa o aspecto mais simples do jogo de interesses de Washington sobre a política brasileira, e, embora o governo Vargas tenha agido com autonomia e soberania, ainda assim os interesses dos Estados Unidos, de certa maneira, prevaleceram, e o resultado acabou sendo a declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo, em agosto de 1942, e no envio de tropas brasileiras à Itália, em julho de 1944. Entretanto, cabe ressaltar que o Brasil também conseguiu atingir alguns interesses, entre eles a aquisição de verbas conseguidas durante os Acordos de Washington, firmados em 03 de março de 1942, e que viabilizaram a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

Data de recebimento: 15/09/2018

Data de aceite: 27/10/2018

32 Ibidem. p 55.